



Em se tratando do Artigo 1º com a Emenda Aditiva nº 190/2025, Artigos 2º e 3º do autógrafo do Projeto de Lei em análise, esses dispositivos encontram-se em harmonia, especialmente, com a Lei Orgânica de Aracruz, vez que não cria nova prerrogativa de natureza material, mas reforça, no âmbito local, regra já estabelecida no plano federal, harmonizando-se com a competência organizatória do Estado prevista no art. 25, § 1º, da CF/88.

## II – DAS RAZÕES DO VETO JURÍDICO

As razões que impõem o veto parcial do Projeto de Lei nº 063/2025 concentram-se no **artigo 4º e Emenda Aditiva nº 191/2025 e no artigo 5º e Emenda Aditiva nº 192/2025**, vez que impõem obrigações ao Poder Executivo, em clara violação à iniciativa de dispor sobre normas de organização da Administração Pública, o que acarreta a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

Assim dispõe o **Artigo 4º e 5º do Projeto de Lei nº 063/2023**:

**“Art. 4º. As repartições públicas e entidades abrangidas por esta Lei deverão afixar, em local visível ao público, de fácil acesso e leitura, informativo sobre o direito ao atendimento prioritário aos advogados e advogadas, conforme previsto nesta legislação.**

A redação do Parágrafo único do Art. 4º acrescentado por meio da **Emenda Aditiva nº 191/2025**, e o artigo 5º acrescentado pela Emenda Aditiva 192/2025, rezam respectivamente:

**“Parágrafo único. O não cumprimento da afixação do informativo, ou sua afixação de forma que dificulte o acesso à informação, sujeitará o responsável à aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos do Art. 5º desta Lei.”**

**“Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei por servidor público ou agente responsável, no exercício de suas funções, constituirá infração administrativa e sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação aplicável ao regime disciplinar dos servidores públicos e agentes públicos a que estiver vinculado, sem prejuízo de outras cominações legais.**

A **Emenda Aditiva nº 192/2025** ainda acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao Artigo 5º com as seguintes redações:

**§ 1º A denúncia por descumprimento desta Lei poderá ser formalizada pelo**



**advogado ou advogada, ou por quem o represente, diretamente ao órgão ou entidade onde ocorreu o fato, à Ouvidoria Municipal ou à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Aracruz, que poderá encaminhá-la para as autoridades competentes.**

**§ 2º Recebida a denúncia, o órgão ou entidade responsável deverá instaurar procedimento administrativo preliminar no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, garantidos ao acusado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o devido processo legal.**

**§ 3º A Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Aracruz poderá, em caso de reiterado descumprimento ou omissão na apuração, representar formalmente ao Ministério Público para as providências cabíveis.”**

Evidencia-se, portanto, que os dispositivos apontados, quais sejam, Artigos 4º e 5º do Autógrafo do Projeto de Lei nº 063/2025, acrescidos das Emendas Aditivas de nº. 191 e 192/2025, incorre em vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, por violar a repartição de competências entre os Poderes do Município, ao impor obrigações específicas de afixação de informativo sobre o direito prioritário aos advogados e advogadas, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, e ao estabelecer penalidades pelo descumprimento da lei, interferindo diretamente na estrutura administrativa.

Tal interferência se evidencia, sobretudo, quando se impõe deveres de execução obrigatória os órgãos e instituições da Administração Pública voltada ao Poder Executivo, bem como quando se institui sanção administrativa cuja aplicação pressupõe a criação de mecanismos de fiscalização e cobrança, matéria cuja iniciativa legislativa é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 30, parágrafo único, incisos II, da Lei Orgânica do Município de Aracruz. *In verbis*:

“Art. 30 [...]

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;”

Neste sentido, é pacífico o entendimento da Suprema Corte de que lei de iniciativa parlamentar não pode criar atribuições, conforme copiosas jurisprudências que abaixo colacionamos:



AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES E ESTABELECE OBRIGAÇÃO A ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Acórdão recorrido que se encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - AgR RE: 653041 MG - MINAS GERAIS, Relator.: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 28/06/2016, Primeira Turma)

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADI ESTADUAL. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE ESTABELECE COMPETÊNCIAS PARA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO. USURPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. JURISPRUDÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. 1. Trata-se de Agravo em Recurso Extraordinário por meio do qual a MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO manifesta o seu inconformismo com o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, que declarou a inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da Lei Estadual 8.723, de 24 de janeiro de 2020, que criou “o Programa Estadual de Videomonitoramento – PEV -, com o objetivo de aperfeiçoar e expandir o alcance do monitoramento por câmeras no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências” 2. A norma local, de iniciativa parlamentar, a despeito de sua boa intenção, estabelece competências para o Poder Executivo do Estado, em especial para a Secretaria de Estado de Polícia Militar e para a Secretaria de Estado de Polícia Civil. Ao assim dispor, usurpa a iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, estabelecida para o Presidente da República no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, aplicado simetricamente a todos os entes da Federação 3. A jurisprudência da CORTE registra que a iniciativa



privativa do Chefe do Poder Executivo, estabelecida no art. 61, § 1º, II, e, da Constituição Federal, para legislar sobre a organização administrativa no âmbito do ente federativo, veda que os demais legitimados para o processo legislativo proponham leis que criem, alterem ou extingam órgãos públicos, ou que lhes cominem novas atribuições. 4. O acórdão recorrido observou esse entendimento, razão pela qual merece ser mantido. 5. Agravo Interno a que se nega provimento. (STF - ARE: 1357552 RJ 0054261-12.2020 .8.19.0000, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 21/03/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 25/03/2022)

**INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 3º, 4º E 5º. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.** 1. Tem-se, na origem, ação direta de inconstitucionalidade proposta em face da Lei Distrital 5.422, de 24 de novembro de 2014 – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governador do Distrito Federal e dá outras providências". 2. Apesar de não criar expressamente órgãos ou cargos públicos, os dispositivos da Lei Distrital que ora se analisam atribuem deveres ao ESTADO, que, claramente, demandam a atuação da Administração Pública. 3. A iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, estabelecida no art. 61, § 1º, II, c e e, da Constituição Federal, para legislar sobre a organização administrativa no âmbito do ente federativo, veda que os demais legitimados para o processo legislativo proponham leis que criem, alterem ou extingam órgãos públicos, ou que lhes cominem novas atribuições. Precedentes. 4. Agravo Interno a que se nega provimento."(RE nº 1232084 AgR, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, primeira turma, DJe de 03/02/2020).

Revela-se, portanto, incabível à hipótese, a tese firmada no julgamento do Tema 917 da repercussão geral (ARE 878.911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 11/10/16) de que não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Isso porque, a norma objurgada efetivamente adentra a organização estrutural-administrativa, dispondo sobre atribuições e estabelecendo obrigações a órgãos públicos.

Pontuadas tais premissas, constata-se a manifesta invasão da esfera de gestão pública nos dispositivos mencionados acima, do autógrafo do Projeto de Lei nº 063/2025, em afronta



às prerrogativas do Chefe do Poder Executivo, quanto à análise da conveniência e da oportunidade das providências nele previstas.

Ressalte-se, contudo, que tal vício não atinge o conteúdo remanescente, consubstanciado nos artigos. 1º, 2º, 3º, 6º e 7º, os quais se mostram plenamente compatíveis com a ordem constitucional.

### III – CONCLUSÃO

Pelas razões acima e com fundamento no art. 33, §1º, da Lei Orgânica do Município de Aracruz, **veto parcialmente** o autógrafo de **Projeto de Lei nº 063/2025, no tocante ao Art. 4º caput e Parágrafo único; Art. 5º caput e §§ 1º, 2º e 3º**, por apresentarem vício formal subjetivo, em afronta ao Art. 30, parágrafo único, Inciso II da Lei Orgânica de Aracruz, submeto à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal e conclamo pela manutenção do veto a fim de garantir os princípios constitucionais e legais.

Os demais dispositivos do projeto permanecem inalterados e seguem para sanção, por estarem em plena conformidade com o ordenamento jurídico e com o interesse público municipal.

**Aracruz/ES, 03 de dezembro de 2025.**

LUIZ  
CARLOS  
COUTINHO  
30301599734

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS  
COUTINHO-30301599734  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria  
de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=,  
RFB e CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=,  
30301599734, OU=videoconferencia,  
CN=LUIZ CARLOS  
COUTINHO-30301599734  
Razão: Eu estou aprovando este  
documento  
Localização:  
Data: 2025.12.03 17:37:52-0300'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

**LUIZ CARLOS COUTINHO**  
**Prefeito Municipal**





OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 354/2025

Aracruz, 03 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI  
Presidente da Câmara Municipal  
Aracruz - ES

**Assunto:** Encaminha Razões do Veto Parcial ao Projeto de Lei Legislativo n.º 063/2025

**Referência:** Processo Eletrônico n.º 47.402/25

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos razões do veto parcial aposto ao Art. 4º e parágrafo único e Art. 5º e §§ 1º, 2º e 3º do Projeto de Lei n.º 063/2025, de autoria desse Legislativo para apreciação dessa Câmara.

Atenciosamente,

LUIZ  
CARLOS  
COUTINHO:3  
0301599734  
LUIZ CARLOS COUTINHO  
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS  
COUTINHO:30301599734  
DN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil, R=RS, OU=RS e  
CPF AS, OU=EM BRANCO, OU=  
3403316003, OU=videconferencia,  
CN=LUIZ CARLOS  
COUTINHO:30301599734  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
LUIZCARLOS  
Data: 2025.12.03 17:41:14.0200  
Fonte: PDF Reader Versão: 12.0.1



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340036003300300030003A005000

Assinado eletronicamente por **MAISA CAMPOS OLIVEIRA** em 04/12/2025 17:16

Checksum: **80A4EA249A63C44FACDDAB68BF812050C64A1FE5587B2E254BA2EBAA81B875F**

